

LOGRADOUROS	ANNOS	EXTRACTOS E NOTAS	Indicações de catalogo
		<p>ciante e residente a rua Primeiro de Março n. 157, adquiriu uma parte do terreno, por compra a João Ignacio Aleixo, e, a outra parte, em partilha amigavel (<i>vide</i> extracto antecedente) da herança havida de seu sogro José Maria de Souza, pharmaceutico estabelecido á rua da Quitanda n. 61, e fallecido no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1872.</p>	
ORIENTE (Rua do).....	1872	Requerimento do bacharel José Maria de Souza Junior, pedindo aforamento de um terreno herdado de seu pae, José Maria de Souza.	660-1-9 c 18
» »	1876	Aforamento concedido a José Peixoto Moreira Guimarães, do terreno onde existiam os predios ns. 1 e 5.	93-1-3 c 5
OURIVES (Rua dos).....	1882	<p>Requerimento de Manoel Francisco da Silveira Freitas, pedindo para pagar laudemio pela arrematação do predio n. 83, em praça do Juizo dos Feitos da Fazenda Publica.</p> <p>No periodo colonial o contrabando do ouro extrahido das <i>minas geraes</i>, era praticado em grande escala, não obstante as medidas repressivas do governo da metropole.</p> <p>Foi descoberto, em 1730, que o individuo Antonio Pereira de Souza vinha falsificando as <i>barras de ouro</i> da Casa da Moeda, em Minas Geraes. No escandaloso processo sobre o caso, appareceu <i>gente grãuda</i>, cumplice na maroteira.</p> <p>Nessa occasião, por se ter apurado a culpabilidade dos mestres e officiaes de ourives-fundidores, foi prohibida a permanencia dos mesmos nos logares das minas, e confiscado todo o ouro e prata em poder desses artistas.</p> <p>As grandes falsificações da moeda-ouro, no periodo de 1742 a 1752, motivaram novas e severas penalidades contra os ourives.</p> <p>A ordem ou <i>bando</i> de 10 de Abril de 1753, não só determinou que, de 6 em 6 mezes, seriam obrigados a comparecer á Intendencia Geral do Ouro, como marcou no local onde deveriam residir e estabelecer as suas lojas ou officinas.</p> <p>Ficou designada a <i>rua ou travessa que ia de Santa Rita ao Porto</i>, desde então conhecida pelo nome de <i>passagem</i>, ou <i>rua dos Ourives</i>.</p> <p>A Ordem Régia de 30 de Julho de 1766 mandou fechar, no Rio de Janeiro, todas as ourivesarias, destruir as forjas e sequestrar todos os utensilios desta arte, prescrevendo tambem: <i>Que fossem presos e distribuidos pelos batalhões da Capitania, os aprendizes e officiaes solteiros e pardos fôrros, sendo os escravos entregues aos senhores. Os mestres assignassem um termo de juramento, para não usarem mais da sua arte ou officio.</i></p> <p><i>Aquelles que desejassem se installar em Portugal, se lhes dessem os meios de transporte com as competentes guias; e os que ficassem nesta Cidade, tidos como pessoas de bem, fossem empregados na Casa da Moeda.</i></p> <p>Foram estas as disposições da referida Ordem Régia, revogada pela alvará de 11 de agosto de 1815, que não cogitou, todavia, de regulamentar o exercicio da profissão de ourives.</p>	659-1-9 c 18

LOGRADOUROS	ANNOS	EXTRACTOS E NOTAS	Indicações de catalogo
		<p>Em Junho de 1819, os «Juizes e Officiaes dos Ourives do Ouro e da Prata» rogaram do Principe Regente a mercê de um Regimento.</p> <p>Em 9 de Março de 1821, a «Corporação dos Ourives e Relojoeiros», submetteu á approvação do governo um <i>Regimento</i>, por ella confeccionado.</p> <p>Dispunha o art. 1 que «na tarde do dia primeiro de Dezembro, em que a Igreja venera ao glorioso Eloy, protector deste officio, todos os mestres delle se ajuntarão na Igreja, aonde se achar erecta a Irmandade do dito Santo, os Juizes, Escrivão e Procurador Geral, e os Eleitores actuaes, procederão a escolha dos novos Eleitos».</p>	